

TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S/A - METROMINAS
CNPJ: 03.919.139/0001-21

Demonstrações Contábeis
acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes
Em 31/12/2025

CONTEÚDO:

- 01) RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 02) BALANÇO PATRIMONIAL
- 03) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 04) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 05) DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS
- 06) NOTAS EXPLICATIVAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do
Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A - METROMINAS
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S/A - METROMINAS**, que compreendem o balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S/A - METROMINAS** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pela internacional Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à **TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S/A - METROMINAS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Ênfase

- a) Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2, que descreve que a METROMINAS mantém-se em fase pré-operacional, sem perspectiva de alteração dessa situação no médio e longo prazos, tendo em vista que a competência para planejar, dirigir, executar, controlar, avaliar e regular as ações setoriais a cargo do Estado relativas à infraestrutura de transporte ferroviário vem sendo exercida pela Seinfra por força do art. 32 da Lei nº 24.313, de 2023, e a competência de implantar, operar e explorar os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos na Região Metropolitana de Belo Horizonte também passou a ser exercida pelo Consórcio Comporte Participações (Concessionária Metrô-BH) desde a assinatura do contrato de concessão comum nº 002/2023, por meio do qual foi concedido o direito de prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção da rede metroferroviária da RMBH à referida concessionária.

Frente a esta perspectiva, foi enviada pelo Governo à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG, no primeiro semestre de 2024, a Mensagem nº 128, de 24/04/2024, contendo projeto de lei

que autoriza o Poder Executivo a extinguir esta companhia. O referido projeto ainda não foi apreciado por aquela casa legislativa, motivo pelo qual a companhia permanece ativa, porém, não-operacional.

- b) Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6, letra “b”, que descreve a existência de capital social a integralizar, no montante de R\$ R\$ 550.320,00 (quinhentos e cinquenta mil trezentos e vinte reais), a ser integralizado pelo Acionista Prefeitura Municipal de Contagem.
- c) Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6, letra "c", que descreve a situação de pré-operação da Companhia e a manutenção de prejuízos recorrentes, os quais totalizam **R\$ 3.026.617** em 31 de dezembro de 2025. Conforme detalhado pela Administração, a METROMINAS não gera receitas operacionais, dependendo exclusivamente de rendimentos financeiros e aportes de capital de seus acionistas para a manutenção de sua estrutura administrativa. Adicionalmente, ressaltamos a existência do Projeto de Lei vinculado à Mensagem nº 128/2024, que autoriza o Poder Executivo a extinguir a Companhia, indicando uma incerteza significativa quanto à sua continuidade operacional no longo prazo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório sem modificação na opinião, datado de 08 de Abril de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accountin Standars Boad (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e matememos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos maneiras compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidências de auditoria apropriadas e suficiente referente às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas no controle interno que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto,

ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas e tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de Março de 2026.

TGB – AUDITORIA INDEPENDENTE S/S
CRC RJ N° 6.133/O-3

Milton Granado da Silva
Contador CRC RJ – 59240/O-8
Sócio Responsável Técnico

Kelme Tavares
Contador CRC RJ – 120858/O-6
Sócio Diretor



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS
METROMINAS

Belo Horizonte, 19 de março de 2026.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM

ATIVO	Nota explicativa nº	R\$		PASSIVO	Nota explicativa nº	R\$	
		31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.072	9.650	Fornecedores		750	1.000
Impostos a recuperar	4	1.182	871	Obrigações tributárias	5	24	14
		<u>18.254</u>	<u>10.521</u>			<u>774</u>	<u>1.014</u>
				Patrimônio líquido	6		
				Capital social		3.044.097	3.019.097
				Prejuízos acumulados		(3.026.617)	(3.009.590)
						<u>17.480</u>	<u>9.507</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>18.254</u></u>	<u><u>10.521</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>18.254</u></u>	<u><u>10.521</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM

DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

		R\$	
	Nota explicativa nº	31/12/2025	31/12/2024
Despesas pré-operacionais			
Despesas com tributos e taxas	7	(3.102)	(57.748)
Despesas com serviços de terceiros	8	(15.926)	(21.363)
		(19.028)	(79.111)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(19.028)	(79.111)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.011	3.252
Despesas financeiras		(10)	(4.821)
		2.001	(1.569)
Prejuízo do exercício		(17.027)	(80.681)
Prejuízo líquido por lote de mil ações		(6)	(27)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM

	R\$			
	Capital Social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.502.937	(550.320)	(2.928.909)	23.708
Aumento de Capital	66.480	(66.480)	-	-
Capital Integralizado	-	66.480	-	66.480
Prejuízo do exercício	-	-	(80.681)	(80.681)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.569.417	(550.320)	(3.009.590)	9.507
Aumento de Capital	25.000	(25.000)	-	-
Capital Integralizado	-	25.000	-	25.000
Prejuízo do exercício	-	-	(17.027)	(17.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.594.417	(550.320)	(3.026.617)	17.480

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE MÉTODO INDIRETO

	R\$	
	2025	2024
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(17.027)	(80.681)
(Aumento) Redução de impostos a recuperar	(311)	5.396
Aumento de Fornecedores	(250)	-
Aumento (Redução) de Obrigações tributárias	11	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(17.578)	(75.287)
2) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Termo de Compromisso Setop	-	(1)
Aumento de Capital	25.000	66.480
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	25.000	66.479
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.422	(8.808)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.650	18.458
- Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.072	9.650
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.422	(8.808)

1

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	(17.027)	(80.681)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes	(17.027)	(80.681)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S/A METROMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – Objeto social

Em 1997, o Poder Executivo foi autorizado, por meio da Lei nº 12.590/97, a constituir empresa de transporte público urbano sobre trilhos, denominada “Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A.” - METROMINAS, com o objetivo de planejar, implantar, operar e explorar os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Três anos depois, em 14 de fevereiro de 2000, a Metrominas foi constituída sobre a forma de sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, sendo regida por seu Estatuto Social e Regimento Interno, estando tecnicamente vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - Seinfra, a quem compete planejar, dirigir, executar, controlar, avaliar e regular as ações setoriais a cargo do Estado relativas à infraestrutura de transporte ferroviário, dentre os demais modais de transporte.

Os acionistas da companhia são: o Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte e a Prefeitura de Contagem.

Ao longo da sua existência a Metrominas recebeu os seguintes aportes de capital com o fim de suportar suas atividades durante sua fase pré-operacional, tendo em vista que a companhia não chegou a explorar os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, por meio do qual poderia, em tese, ter obtido as receitas necessárias para a sua manutenção:

<i>Data da Deliberação</i>	<i>Total do aporte de capital (R\$)</i>	<i>Valor aportado pelo Estado (R\$)</i>	<i>Data da Integralização</i>
<i>Inicial</i>	500.000,00	275.000,00	
21/07/2015	600.000,00	330.000,00	29/07; 29/09 e 26/11/2015
02/06/2017	600.000,00	507.692,00	05/07/2017; 03/08/2017 e 13/12/2018
18/06/2020	1.592.938,00	1.042.618,00	05/07/2020
03/12/2021	210.000,00	210.000,00	17/12/2021
25/04/2024	66.480,18	66.480,18	02/07/2024
06/03/2025	25.000,00	22.302,50	27/03/2025
Total	3.594.418,18	2.454.092,68	

Importante esclarecer que a companhia não chegou a entrar em operação, pois, não obstante sua criação nos anos 2000, o serviço de transporte metropolitano sobre trilhos continuou a ser prestado pela CBTU até 2023, quando o serviço veio a ser concedido à iniciativa privada, por meio da celebração do Contrato de Concessão Comum nº 002/2023.

Ao longo de sua existência, como ação de destaque, a companhia atuou como interveniente no Termo de compromisso nº 0402092-15/2013, firmado entre a União e o Estado de Minas Gerais, por intermédio da SEINFRA, o qual tinha como objetivo a execução da Fase I da Rede de Metrô da RMBH, relativa aos Estudos e Projetos.

A Companhia tem a sua sede, administração e foro na Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, localizada na Rodovia Papa João Paulo II (MG-010), nº 4143, Prédio Minas, 7º andar, Bairro Serra Verde.

Sua Administração é exercida por uma Diretoria com atribuições executivas segundo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração que possui atribuições deliberativas e normativas. A Diretoria executiva anualmente presta contas da sua gestão à Assembleia Geral, após o parecer do Conselho Fiscal.

Por não estar operacional, a METROMINAS não tem definido o seu quadro de funcionários e técnicos. Assim, para a consecução de seus objetivos, a companhia tem se utilizado da política de compartilhamento de recursos humanos, logísticos e patrimoniais com a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG, nos termos do § 2º do art. 33 da Lei nº 24.313, de 2023, regulamentado pelo Decreto nº 49.124, de 7/11/2025.

Ou seja, atualmente a empresa não tem nenhum funcionário em seu quadro de pessoal, motivo pelo qual não executa nenhuma despesa de pessoal.

1.2 – Informações gerais

A Metrominas mantém-se em fase pré-operacional, sem perspectiva de alteração dessa situação no médio e longo prazos, tendo em vista que a competência para planejar, dirigir, executar, controlar, avaliar e regular as ações setoriais a cargo do Estado relativas à infraestrutura de transporte ferroviário vem sendo exercida pela Seinfra por força do art. 32 da Lei nº 24.313, de 2023, e a competência de implantar, operar e explorar os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos na Região Metropolitana de Belo Horizonte também passou a ser exercida pelo Consórcio Comporte Participações (Concessionária Metrô-BH) desde a assinatura do contrato de concessão comum nº 002/2023, por meio do qual foi concedido o direito de prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção da rede metroferroviária da RMBH à referida concessionária.

Frente a esta perspectiva, foi enviada pelo Governo à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG, no primeiro semestre de 2024, a Mensagem nº 128, de 24/04/2024, contendo projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a extinguir esta companhia. O referido projeto ainda não foi apreciado por aquela casa legislativa, motivo pelo qual a companhia permanece ativa, porém, não-operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

2.1. Base de preparação das Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não está apresentando a Demonstração de resultados abrangentes - DRA. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A METROMINAS avaliou os eventos subsequentes até 09 de março de 2026, que é a data de autorização para a emissão das Demonstrações Financeiras pela Diretoria da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das Demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todas as informações financeiras são apresentadas com valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Principais Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Baseado na situação de pré-operação em que a Companhia se encontra, os seus saldos contábeis ao final de cada período são bastantes simples, não exigindo julgamentos ou estimativas complexas por parte da Administração. As estimativas principais aplicáveis à Companhia referem-se: i) Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, que se referem basicamente aos equivalentes de caixa, ii) a recuperação dos Impostos a recuperar registrados no ativo e iii) na preparação das suas Demonstrações financeiras utilizando a base contábil da continuidade operacional.

As Demonstrações financeiras não apresentam provisões estimadas e constituídas para fazer face a desfecho de processos judiciais, tendo em vista que não há ações em curso que poderão requerer desembolso de caixa futuro.

2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes.

2.6. Principais Práticas Contábeis

Seguem apresentadas as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das suas Demonstrações Financeiras:

a) Caixa e equivalente de caixa: São representados por depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais.

b) Demais ativos e passivos: Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

c) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Dessa forma, as receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

2.7. Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC novas e revisadas

IFRS 16 – Arrendamentos – introduz novas exigências para a contabilização dos contratos de arrendamento operacional (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. O IFRS 16 foi aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade por através da NBC TG 06 (R3) – Arrendamento Mercantil.

IFRIC 23 – Incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda - Esclarece a contabilização de incertezas no imposto de renda. Isso significa que a interpretação deve ser aplicada à determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributáveis, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não usados e alíquotas fiscais, quando houver incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre a IAS 12. Este IFRIC é efetivo para os exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2019 e foi aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da ITG 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

Não houve efeitos significativos na adoção da NBC TG 06 e da ITG 22 pela Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2025.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Em 31 de dezembro, o saldo está assim demonstrado:

	R\$	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações Financeiras	17.072	9.650
	<u>17.072</u>	<u>9.650</u>

Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

4. IMPOSTOS A RECUPERAR

O valor do Imposto de Renda sobre aplicação financeira, de R\$ 1.174,49 em 31/12/2025 é gerado no momento do resgate das aplicações financeiras. Como a Companhia não está gerando lucro, o IRRF é compensado com outro tributo federal, quando exigível.

5. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	R\$	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS a Recolher s/ Receita Financeira	10	8
Cofins a Recolher s/ Receita Financeira	14	6
	<u>24</u>	<u>14</u>

Embora a Companhia não esteja faturando, o PIS e COFINS devido é incidente sobre as receitas financeiras da companhia com vencimento no exercício subsequente.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social subscrito na Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.594.417 representado por 3.594.417 (três milhões, quinhentos e noventa e quatro mil quatrocentos e dezessete) em ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujos acionistas e suas participações são os seguintes:

Acionista	Valor (R\$)	Quantidade	
		de ações	%
Estado de Minas Gerais	2.454.093	2.454.093	68,13%
Município de Belo Horizonte	387.698	387.698	10,79%
Município de Contagem	752.627	752.627	21,08%
Total	3.594.417	3.594.417	100%

b) Capital Social a Integralizar:

Está pendente de integralização o valor de R\$ 550.320,00 (quinhentos e cinquenta mil trezentos e vinte reais), que, em princípio, seria feito pelo Acionista Prefeitura Municipal de Contagem.

c) Prejuízos Acumulados:

A METROMINAS, conforme esclarecido no item 1 deste relatório, por estar em fase pré-operacional, não tem as condições necessárias para implementar receitas, justificando assim os prejuízos acumulados como evidenciado nas demonstrações, nos últimos exercícios, pois a única receita da empresa é a de rendimentos financeiros dos aportes de capitais dos sócios e esta receita é insuficiente para acobertar as despesas obrigatórias, gerando assim, prejuízos contínuo.

Ressalta-se que as providências para a cessação dos prejuízos já foi tomada pelo Governo, por meio da Mensagem nº 128, de 24/04/2024, a qual aguarda apreciação pela ALMG.

7. DESPESAS COM TRIBUTOS E TAXAS

	R\$	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Licença ambiental	-	56.203
Outras despesas	<u>3.102</u>	<u>1.545</u>
	<u>3.102</u>	<u>57.748</u>

O valor de R\$ 3.102,10 (três mil cento e dois reais e dez centavos), classificado em Outras despesas estão assim distribuídos: R\$ 265,77 relativo a taxa de publicação de aviso de licitação 01/2025 para contratação do serviço de auditoria independente para cumprimento da obrigação de prestação de contas; R\$ 797,31 relativo a publicação de convocação de Assembleia Geral Extraordinária - AGE; R\$ 1.397,64 relativo ao registro de ata na JUCEMG; R\$ 547,89 relativo à taxa de fiscalização de localização e funcionamento – TFLF de 2022, 2023 e 2024 e R\$ 93,49 relativos a impostos originários de Receita Financeira.

8. DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	R\$	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Honorários contábeis	8.300	12.000
Propaganda e publicidade	2.126	1.506
Honorários advocatícios	-	1.887
Serviços de auditoria	5.500	5.970
	<u>15.926</u>	<u>21.363</u>

Os valores executados em 2025, foram destinados aos serviços contábeis, publicações oficiais obrigatórias no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e serviços de auditoria externa para análise das contas da Companhia.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados restringem-se às aplicações financeiras, classificados como equivalentes de caixa, em condições normais de mercado. A administração deste risco é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente entre as taxas contratadas e as vigentes no mercado.

Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa ou de instrumentos financeiros derivativos. Os principais instrumentos financeiros são similares aos seus respectivos valores contábeis.

10. GESTÃO DE RISCOS

10.1- Risco de capital

Gerir o capital da nossa Companhia é, antes de tudo, cuidar do que estamos construindo juntos. Considerando que a METROMINAS está em fase pré-operacional, nosso foco é garantir que cada recurso seja usado com responsabilidade. Por sermos uma empresa de capital fechado, contamos com a parceria próxima de nossos sócios: os aportes pontuais que realizamos são o suporte necessário para mantermos nossa saúde financeira em dia.

10.2 – Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía riscos de mercado associados à dívida.

10.3 – Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, existe um monitoramento persistente dos recursos financeiros existentes advindos de integralização de capital dos acionistas para que sejam aplicados minimamente da estrutura pré-operacional atual.

Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 3).

10.4 – Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis. Todavia, atualmente este risco é minimizado pelo fato de a Companhia estar em fase pré-operacional e com utilização de recursos aportados pelos acionistas para honrar seus compromissos.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante tendo em vista que as aplicações financeiras são de pronta liquidez e mantidas em banco público. Dessa forma, a Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

ADMINISTRAÇÃO:

Pedro Bruno Barros de Souza
Diretor Presidente

Giselli Ataíde Starling
Diretora de Assuntos Institucionais

Aurélio Dias Moreira
Diretor de Gestão e Finanças

Marcílio Amato Vaz de Melo
Contador – CRC-MG 41.893/0



Documento assinado eletronicamente por **MARCILIO AMATO VAZ DE MELO, Usuário Externo**, em 19/03/2026, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aurelio Dias Moreira, Diretor**, em 19/03/2026, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giselli Ataíde Starling, Servidor(a) Público(a)**., em 19/03/2026, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Bruno Barros de Souza, Secretário de Estado**, em 24/03/2026, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **135725686** e o código CRC **C9F47FFD**.

METROMINAS - Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - CEP 31630-900 - Belo Horizonte - MG

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1300.01.0000069/2026-87

SEI nº 135725686